

PROGRESSO MATERIAL E CIVILIZAÇÃO: A ECONOMIA POLÍTICA E A “GERAÇÃO DE 70”

José Luís Cardoso

Introdução¹

Em qualquer estudo sobre o desenvolvimento das teorias e ideias económicas é essencial determinar quais as mais importantes e pertinentes fontes históricas disponíveis, tendo em atenção o período mais ou menos lato que se procura abarcar. No caso específico da segunda metade do século XIX, uma das principais bases para a análise histórica, quer dos processos de formação e padronização do discurso científico da economia política, quer dos modos concretos de funcionamento da vida económica, parece ser constituída pelas obras dos professores de economia política que leccionaram em instituições de ensino técnico e universitário. Pelo simples facto de terem mais persistentemente escrito sobre temas de economia política, pela inevitável acção de compendiação a que se dedicaram, é pacífico atribuir-lhes um lugar de eleição, qualquer que seja a perspectiva historiográfica em que nos situemos.²

Idêntico mérito deverá ser concedido a jornalistas, publicistas, parlamentares e outros membros do corpo político, pela forma como debateram e discorreram sobre assuntos do quotidiano económico e financeiro e, conseqüentemente, pelo testemunho precioso que nos legaram e que nos permite reconstituir e interpretar o sentido imediato e os objectivos estratégicos das suas acções cívicas.³

Porém, admitir que estes tipos de fontes possuem grandes potencialidades heurísticas, não pode implicar a exclusão de outros materiais que as correntes historiográficas tradicionais têm subalternizado.

O ponto de partida deste ensaio é, justamente, o de procurar contrariar a atitude convencional quanto ao tipo de fontes disponíveis em estudos de história do pensamento económico. Procura-se chamar a atenção para a existência de fontes complementares ou alternativas de produção de literatura económica, graças às quais é possível um conhecimento mais completo dos processos de representação e de captação cognitiva de problemas de índole económica. A análise incide sobre um período histórico determinado (último quartel do século XIX), centrando-se nas obras de alguns dos principais representantes da chamada “Geração de 70”.

O ensaio filosófico de Antero de Quental, a prosa económico-financeira de Oliveira Martins, a ficção literária de Eça de Queiroz, as crónicas de costumes de Ramalho Ortigão, o jornalismo culto de Jaime Batalha Reis, a caricatura mordaz de Rafael Bordalo Pinheiro — para citar apenas alguns dos mais relevantes vultos

desta geração — oferecem uma vasta gama de anotações e referências comprovativas do lugar de relevo que a economia política ocupava na “terceira ocidental”⁴ de finais de oitocentos. Os processos narrativos que utilizaram revestem características bem distintas do estilo árido e monótono inerente à produção de textos marcados por propósitos de erudição ou, tão só, por intenções propedéuticas. Autorizados a dar livre expressão à sua liberdade criadora, libertos do espartilho de uma linguagem técnica que conheciam mas que não se sentiam obrigados a cultivar, os homens da “Geração de 70” oferecem abundante matéria de reflexão que permite uma leitura económica da realidade social vivida nos seus romances e novelas, e também nas suas crónicas, ensaios e colunas de jornal.

Nessa abundante produção literária coube um lugar muito especial à análise dos problemas associados ao crescente progresso material, aos dilemas e sortilégios de uma civilização assustadoramente moderna e paradoxalmente decadente. Mas esses também eram, afinal, os temas de eleição dos que profissionalmente se empenhavam em demonstrar, por caminhos mais ortodoxos, que a economia política constituía um instrumento indispensável à compreensão das condicionantes e limites dos processos de crescimento económico. Em causa estavam as repercussões sociais e políticas de um acréscimo diferenciado e segmentado de prosperidade. Em apreciação ficavam o despovoamento dos campos, o recrudescimento da miséria urbana, as greves e reivindicações operárias, as contradições entre liberdade e igualdade no plano dos princípios políticos e a sua concretização em termos económicos, o papel do Estado na correcção de assimetrias sociais e na promoção do bem-estar do maior número de cidadãos.

As narrativas dos não economistas da “Geração de 70” — onde naturalmente se inclui o caso especial de Oliveira Martins — parecem convergir na análise de um mesmo objecto, na partilha de preocupações semelhantes.⁵ Procuraremos documentar a cumplicidade activa que mantiveram com a ordem lógica do discurso dos economistas, na convicção de que os seus testemunhos podem ser encarados como sinais reveladores de um processo mais global de difusão, disseminação e entendimento crítico da economia política junto de uma opinião pública medianamente esclarecida.

Imagens económicas na mundividência política e filosófica de Antero de Quental

Começamos pela análise da obra de Antero de Quental que, sem margem de controvérsia, constitui referência modelar na formação do espírito da “Geração de 70”. Apesar de escassas, as suas incursões pelos domínios da economia política não deixam de ser pertinentes e interessantes.

A sensibilidade para tais matérias — sobre as quais havia recebido formação mínima durante a passagem pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — revela-se pela primeira vez num artigo-petição publicado no *Jornal do Porto*,

no *Correio Micaelense* e na *Aurora dos Açores* em Abril de 1861. Nesse texto pouco conhecido, Antero manifesta o seu desagrado pela demora na construção de uma doca em Ponta Delgada, descontente por não se dar sequência à aprovação legislativa que havia sido recentemente obtida.

Em agradável estilo regionalista, Antero começa por se conformar com o protelamento na realização de obras públicas longe da capital do reino: "Diz-se muitas vezes que Lisboa, a bela filha do Tejo, seduz mais do que devera os representantes da nação e de mais atrai as vistas dos governos, que, por isso, descutam o corpo, deixando-o nu e pobre, para adornarem com luxuosas pompas aquela cabeça tão formosa" (Quental 1861: 95).

Concede, todavia, o benefício da dúvida ao governo de então, a quem reconhece vontade de realização de reformas, ciente de que "para tudo isso é necessário haver nação, e nação sem comércio, sem indústria, sem estradas, sem portos, é, neste século, uma quimera pior do que outra qualquer". O ministério do Duque de Loulé merece-lhe referências elogiosas uma vez que, "enquanto promove com actividade os melhoramentos no continente, não olvidou algumas pequenas ilhas, perdidas no meio do Oceano, de mais esquecidas até hoje e que apesar disso não são das jóias de menos valor no diadema de Portugal" (*ibid.*: 95).

A argumentação básica que desenvolve, a fim de explicar a necessidade de um porto artificial que evitasse os acidentes naturais a que as embarcações estavam sujeitas, decorre de uma apreciação ajustada das características económicas específicas do arquipélago, como fica demonstrado na citação que se segue:

No meio do marasmo comercial, em que (à vista das mais nações) tem jazido este país, conservam estas ilhas uma feição sua e particular, que, de dia em dia, se torna mais característica. É a actividade comercial, que se explica pelas circunstâncias especiais em que se acham. Torrão fértil em produtos naturais, mas escasso em quase todos os ramos de indústria, tem de exportar, para que depois importe em artefactos ou numerário o preço do que a natureza lhes deu de sobejo, e levam o seu comércio até às costas da Grã-Bretanha, e mesmo além dela. Essa actividade é grande, porque toda a sua força, a sua vida, reside aí. Matá-la seria matá-las e com elas uma grande fonte da riqueza nacional (*ibid.*: 95-96).

O novo porto traria vantagens induzidas para o conjunto das ilhas ("com o desenvolvimento duma, lucram e como irmãs devem folgar todas as outras": 96), razão de sobra para que de livre vontade se aceitasse o imposto extraordinário sobre a importação e exportação, destinado a financiar as obras ("O povo não gosta de impostos: este, porém foi recebido com alegria. Isto prova quão instante é a necessidade de uma doca, e quantas as vantagens que dali esperam obter os Micaelenses": 97).

Uma vantagem adicional seria a do desenvolvimento de recursos humanos e técnicos indispensáveis a uma operação daquela envergadura, a pôr à prova os conhecimentos teóricos e a imaginação prática em engenharia hidráulica. Por conseguinte, todo o cuidado seria pouco na contratação de pessoal especializado e vocacionado para as operações de construção, terminando Antero as suas reflexões com um lúcido, premonitório aviso: "Obras destas não se fazem e refazem a capricho,

como uma estrada ou um muro, nem tão diminutos seriam os capitais que a imprevidência deixaria sepultos nas ondas" (100).

Nesta sua prosa de iniciação económica, Antero de Quental ordena com clareza os argumentos em favor da criação de uma infra-estrutura indispensável ao aumento da prosperidade açoriana. Mas quando se liberta da defesa estrita dos interesses da sua região, a prosa política de Antero enriquece-se e adquire uma dimensão que abraça horizontes mais amplos onde inscreve a sua concepção sobre a evolução das sociedades, expressa através da noção de progresso.

Retomando o tema abordado pelo seu amigo Oliveira Martins, concebe o progresso como a realização determinística, inevitável, do projecto socialista, consubstanciado em três sinais inequívocos de evolução: *moral*, da qual "resulta a autonomia absoluta da consciência humana, independente das pretendidas revelações sobrenaturais para descobrir a verdade e determinar a justiça"; *política*, da qual "resulta a concepção da liberdade como o único agente organizador e director da sociedade, com exclusão de qualquer princípio anterior ou exterior ao direito individual, de qualquer autoridade que não seja a da própria liberdade sobre si mesma"; e, finalmente, *económica*, da qual "resulta a afirmação do trabalho como a base única justa do valor, tendo por consequências, de um lado a igualdade dos trabalhadores perante o capital, mero instrumento do trabalho e a ele subordinado e garantido pelo crédito e a mutualidade, do outro lado a igualdade dos trabalhadores entre si, pela divisão do trabalho, que os torna solidários e substitui à anarquia da concorrência individual a organização das forças colectivas da produção" (Quental 1872: 165-166).

Nesta e noutras passagens se demonstra como era indispensável o uso de uma linguagem que permitisse enquadrar as implicações económicas da nova sociedade anunciada. "As doutrinas económicas, que só no século XVIII se desembaraçaram das políticas, galgam de um salto a distância que vai da autoridade (protecçãoismo) à liberdade, e pela boca de Smith, Rossi, Bastiat, Stuart Mill, proclamam esta última, completa, universal". E através dessas doutrinas, que Antero reclama ao serviço do seu programa, se anunciava e revelava o fim último para que caminhavam as sociedades, na senda do progresso, rumo ao socialismo: "um novo mundo económico que emerge com força do antigo caos social, (...) a aspiração da liberdade, da igualdade, da justiça" (*ibid.*: 168-169).

Nesta fase da sua vida e obra, Antero consubstancia uma atitude francamente positiva em relação aos atributos de revelação demonstrados pela economia política. Ou seja, vê na economia política um instrumento de percepção do crescimento económico, do progresso das sociedades. Essa mesma tónica se observa na reflexão pessimista e lúgubre que faz sobre a decadência dos povos peninsulares.

No célebre texto da sua conferência no Casino Lisbonense, gerador de uma visão e de um programa que criaram raízes tão profundas na tradição intelectual portuguesa, Antero aponta como uma das principais causas da decadência ibérica o abandono e ausência de espírito científico. Aliada à glorificação do espírito guerreiro, à vã cobiça associada às conquistas, ao fraco apego pelo cultivo da liberdade, a falta de ciência só podia produzir resultados funestos. Independentemente da atitude crítica que tais considerações possam hoje em dia suscitar, o que importa

reter é a forma como Antero se socorre da economia política para contrapor a visão que, caso prevalecesse, guindaria o país ao encontro do progresso:

A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heróica da epopeia; é a economia política, Calíope dum mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e lógico do que o antigo (Quental 1871: 55).

E a essa nova musa confia Antero atributos de deusa criadora do que deveria ser o verdadeiro espírito do tempo:

Ora, é à luz da economia política que eu condeno as conquistas e o espírito guerreiro. Quisemos refazer os tempos heróicos da idade moderna: enganámo-nos, não era possível; cáímos. Qual é com efeito o espírito da idade moderna? É o espírito de *trabalho*, e de *indústria*: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da actividade produtora, e não já da guerra esterilizadora. O que sai da guerra não só acaba cedo, mas é além disso um capital morto, consumido sem resultado. É necessário que o trabalho, sobretudo a indústria agrícola o fecunde, lhe dê vida. Domina todo este assunto uma lei económica, formulada por Adão Smith, um dos pais da ciência, nas seguintes palavras: "O capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias" (*ibid.*: 55).

Amparada pelo seu Apolo, a economia política podia assim ser invocada para explicar como poderiam as nações encontrar o caminho do progresso, ou seja, mediante uma aplicação produtiva do capital que proporcionasse um crescimento gradual e permanente da riqueza com benefícios para todas as camadas da população.

Na sua conferência do Casino, Antero de Quental ainda não atribui suficiente destaque ao que viria a revelar-se como uma das mais prementes preocupações dos seus escritos políticos de maturidade, sobretudo nos textos directa ou indirectamente relacionados com a sua participação e divulgação dos trabalhos da I Internacional. Concretamente, a chamada de atenção para com as consequências sociais do processo de evolução e enriquecimento gradual das sociedades.

A sua empenhada doutrinação socialista implicou uma gradual mudança de atitude face às virtudes do progresso material e, naturalmente, face aos ensinamentos da economia política. Insurgindo-se contra as "falsas promessas de melhoramento, que nunca se realizaram", Antero aponta o dedo, questiona e responde: "Porque sofre o povo? Porque é que aqueles de cujas mãos sai o trabalho, toda a produção, toda a riqueza, todas as condições primárias do progresso e da ilustração vivem na miséria, na ignorância, na abjecção? (...) E a voz da justiça, de acordo com a voz da ciência, respondeu: porque a sociedade está constituída sobre uma base injusta, que em vez de servir para o melhoramento das condições de todos, serve só para o engrandecimento de alguns poucos à custa do maior número. O princípio falso do egoísmo preside por toda a parte às relações sociais dos homens, em vez do santo princípio da fraternidade; e o mundo, em vez de nos apresentar o espectáculo consolador de uma só família de irmãos, apresenta-nos o quadro cruel

de um vasto e confuso campo de batalha, onde cada homem é um combatente, que só procura engrandecer-se com os despojos daqueles que devia considerar como irmãos" (Quental 1881: 125-126).

Neste e noutros textos da mesma época verifica-se o amadurecimento de uma nova representação da noção de progresso. Os fundamentos egoístas e utilitaristas da economia política são também alvo indirecto da sua invectiva contra a prevalência de critérios de injustiça social.

A condenação da sujeição perante a ordem material das coisas e a recusa de redenção através de um progresso concebido fora da esfera espiritual, são bem expressas num dos últimos ensaios filosóficos que Antero nos legou:

O progresso da humanidade é pois essencialmente um facto de ordem moral: a obra tão maravilhosamente começada pelo inconsciente só pela consciência podia ser levada a cabo (...). O progresso pressupõe o acto constante daquelas energias: sem o esforço sempre renovado do pensamento para a razão, da vontade para a justiça, de todo o ser social para o ideal e a liberdade, o caminho andado escorrega debaixo dos pés e a animalidade toma outra vez posse do terreno onde o espírito, adormecendo, não soube manter-se. Enganam-se pois singularmente os que sonham um progresso como que mecânico, caminhando por si e beatificando os homens independentemente da energia moral deles: por outras palavras, um progresso realizado fora do espírito e sem a sua intervenção. Enganam-se, porque a essência do progresso está justamente nessa intervenção, cada vez mais larga e intensa, do espírito na humanidade (Quental 1890: 164).

O primado do progresso espiritual aproxima Antero de uma visão da história e da realização humana que não deixa qualquer espaço de convivência para a economia política. Desfaz-se a sua anterior vocação reveladora da evolução a que as sociedades estão sujeitas. Os melhoramentos e progressos perdem a materialidade que permite quantificar acréscimos de trabalho, capital, riqueza. O progresso redentor é apenas o que se consubstancia na realização plena do homem enquanto entidade espiritual em permanente busca da perfeição.⁶

Outros sinais de disseminação da cultura económica: Oliveira Martins e Batalha Reis

As reflexões de Antero sobre matérias de índole económica e social ficaram muito a dever ao contacto estreito e à influência directa que recebeu de Oliveira Martins, outro dos grandes vultos desta geração.⁷ A leitura atenta da *Teoria do Socialismo* constituiu, sem dúvida, ocasião privilegiada para a refutação das hipóteses sobre a obtenção espontânea da harmonia social, com base no livre arbítrio individual (cf. Quental, 1872). De uma forma genérica, o livro pioneiro de Oliveira Martins instituiu-se como guia para uma leitura crítica de um certo tipo de economia política

assente na presunção de universalidade das leis e postulados e consolidada em torno dos ideais de *laissez-faire* e de liberalismo económico. Em alternativa, propõe o reforço da componente moral da economia política e um papel acrescido do Estado enquanto agente económico.

A profusão e qualidade técnica dos escritos de Oliveira Martins sobre questões monetárias e financeiras, assim como a coerência com que argumentou a favor de um modelo de "socialismo de Estado", constituíam aval suficientemente credível para que a sua palavra fosse respeitada e seguida. Era o elemento da sua geração com maior e melhor formação económica, conseguida graças aos seus dotes de autodidacta. Tornou-se uma referência que pontuou de forma persistente, com comentários e artigos na imprensa ou com livros de labor mais exigente, o debate sobre assuntos de economia política e de política económica ao longo dos 20 anos da sua curta mas intensa produção intelectual (entre 1872 e 1892). Por esta razão, deliberadamente preferimos dar voz aos seus contemporâneos que, menos interessados por assuntos económicos, demonstraram uma sensibilidade bem reveladora da impregnação da economia política no tecido cultural português de finais de oitocentos.⁸

Um dos outros companheiros de geração e de tertúlia foi Jaime Batalha Reis que também viria a manifestar expressamente a dívida intelectual contraída junto de Oliveira Martins, mesmo que revelasse nos seus primeiros escritos algumas divergências de fundo. Em 1873, por ocasião da sua nomeação como professor do Instituto de Agronomia em substituição de João de Andrade Corvo na regência da disciplina de Economia Política e Economia Rural, Batalha Reis confidenciou a Antero de Quental o efeito estimulante da leitura da *Teoria do Socialismo* de Oliveira Martins "que fez rugir de novo cá dentro toda a minha nova economia política". E o seu interesse era tal que desde logo prometeu "escrevê-la sem mais leituras (...). É um trabalho que no meu espírito tem todo o carácter de Geometria de Euclides feita sobre os axiomas e sobre os postulados. E unicamente um trabalho racional sem o que não teria a extensão, a importância de ciência, a originalidade com que eu a sinto no meu espírito" (Staak 1982: 70).

A redução da economia política a axiomas e postulados é bem contrária da noção relativizadora do significado das leis económicas universais que foi, indiscutivelmente, uma das principais causas por que batalhou Oliveira Martins.⁹ Mas no final da sua vida, Batalha Reis viria a ter oportunidade de se aproximar de uma versão menos erudita da ciência económica, pugnando pela utilização de uma linguagem "ao alcance de todos". Nos apontamentos dispersos que deixou sobre um curso de economia política popular, a ser ministrado em 1921 na Universidade Popular, desenvolve a ideia de que a economia trata da produção de coisas úteis e esclarece nos seguintes termos o seu auditório: "Desejo dizer-lhes — mas não pretendo ensinar-lhes — como essencialmente se fazem as coisas úteis. Este meu curso tem um subtítulo que é "Curso de economia política popular", para recordar que as coisas simples e ordinárias que eu vou descrever se dizem "uma ciência", e costumam ser designadas por este nome. Mas os nomes científicos não são indispensáveis — são mesmo na minha opinião inúteis e prejudiciais — e que em geral os professores e os livros, em vez de estudarem as coisas, os verdadeiros assuntos, ocupam-se

especialmente em explicar o que significam os nomes que os sábios lhes têm dado — muitas vezes na língua grega” (B. N., *Espólio de Jaime Batalha Reis*, Caixa 34, n.º 91, ano de 1920).

Outro aspecto em que obra de Batalha Reis revela uma significativa mudança de posição é o que se refere à apreciação das virtudes do liberalismo económico e da necessidade de intervenção do Estado. Num dos seus primeiros escritos, dedicado à descrição do estado da agricultura no distrito de Viseu, Batalha Reis não esconde as suas convicções pró-liberais: “Devo declarar à assembleia, que entendo ser útil, utilíssimo aos povos o dispensarem, o reduzirem quanto possível a acção dos governos (...). Todas as grandes obras que os governos implantam num país sob a sua imediata direcção e com os dinheiros públicos ficam caríssimas. O esforço e o capital particular são muito mais produtivos e muito mais inteligentes” (Reis 1870: 14). No entanto, 50 anos mais tarde acaba por inflectir substancialmente o seu ponto de vista: “É um erro dizer que o Estado não tem direito a intervir nos assuntos económicos ou da produção. O Estado tem direito a intervir em todos os assuntos para o bem da colectividade. O que é preciso é estar certo de que qualquer intervenção é para esse bem” (B. N., *Espólio de Jaime Batalha Reis*, Caixa 34, n.º 96, fl. 3, ano de 1920).

A maior propensão para o liberalismo económico que encontramos nos escritos de juventude de Batalha Reis não corresponde às orientações prevalecentes na generalidade dos contemporâneos da “Geração de 70”. Nessa fase, talvez fosse a sua ligação a experiências de ensino de economia política que o obrigava a um contacto mais estreito com modalidades abstractas de discurso económico e com formas de doutrinação mais consentâneas com o canon liberal reinante nos principais centros de produção de ideias e teorias económicas. Mas importa salientar que todos os autores que lidaram mais de perto com os problemas específicos da economia portuguesa, que travaram um relacionamento mais directo com a opinião pública através dos jornais e revistas, e também através de processos narrativos de maior pendor literário, adoptavam uma atitude de relativização das leis económicas e da sua aplicação em contextos nacionais específicos.

Imagens literárias do progresso e civilização: Eça, Ramalho e Batalha Reis

O trajecto de Eça de Queiroz pelo mundo da economia política é bem diferente daquele que foi trilhado pelo seu venerado Antero. Apesar de se registar um mesmo processo de gradual desânimo face às capacidades e potencialidades desse domínio científico, são bem distintos os procedimentos de adesão e distanciamento que os dois escritores nos revelam.

Um primeiro sinal anunciador do futuro desencanto queiroziano perante os efeitos de um crescimento económico desequilibrado e pouco uniforme, é dado num dos folhetins que em 1866 escreveu para a *Gazeta de Portugal*, mais tarde reunido nas *Prosas Bárbaras*. A observação de um navio de guerra americano fundeado

no Tejo — o "Miantonomah" — sugere-lhe uma travessia pela pujante mas lúgubre civilização do outro lado do Atlântico, onde entrevê "movimentos, construções, maquinismos, fábricas, colonizações, exportações colossais, forças extremas, acumulação imensa de indústrias, esquadras terríveis, uma estanha derramação de jornais, de panfletos, de gazetas, de revistas, um luxo excessivo; e por fim um profundo tédio pelo vazio que deixa na alma as adorações do deus dólar" (Queiroz 1866: 158).

Todos estes vestígios de uma sociedade próspera em ascensão também são, para o autor das *Prosas Bárbaras*, sintomas da barbaridade do individualismo excessivo e do predomínio de uma moral egoísta e mercantil. Por isso mesmo, é grande o contraste e previsível a oposição entre os que, na contabilidade dos efeitos do progresso e crescimento económico, beneficiam ou saem prejudicados. As suas palavras são, a este propósito, bastante elucidativas: "Diz-se, na América há um constante aumento de tráfico, de receitas de riquezas: não há aumento; há deslocação, deslocação em proveito da alta finança — com detrimento das pequenas indústrias produtoras. Logo que na ordem económica não haja um balanço exacto de forças, de produção, de salários, de trabalhos, de benefícios, de impostos, haverá uma aristocracia financeira que cresce, reluz, engorda, incha, e ao mesmo tempo uma democracia de produtores que emagrece, definha, e dissipa-se nos proletariados" (*ibid.*: 160-161).

Sobre este texto, disse pioneiramente António José Saraiva que era revelador de como "Eça adquirira já algumas noções certas acerca do funcionamento da máquina económica da sua época" (Saraiva 1982: 81-82). Poderíamos mesmo acrescentar dois outros atributos associados a esta prosa: em primeiro lugar, demonstra a utilização segura de esquemas de raciocínio inspirados em leituras que o acompanhariam pelos anos fora (entre as quais cumpre destacar as de Proudhon e do próprio Antero); em segundo lugar, anuncia a adesão incondicional e constante ao processo de denúncia dos efeitos perversos do desigual crescimento da riqueza.

A familiaridade de Eça de Queiroz com temas de índole económica está também documentada na sua vasta colaboração jornalística em *O Distrito de Évora* (Queiroz, 1867), publicação que servia de porta-voz aos opositores do governo regenerador de Joaquim António de Aguiar. Passando em revista os assuntos de maior actualidade política nacional e internacional, o jovem e talentoso jornalista inevitavelmente aborda uma enorme diversidade de temas e problemas relacionados com a condução da vida económica. A diminuição da população agrícola devido à atracção exercida pela cidade; o problema da emigração (cuja abordagem em termos sociais, políticos e económicos viria mais tarde a desenvolver em Queiroz, 1874); a importância do reconhecimento e dignificação do estatuto social dos trabalhadores do campo; a estrutura da propriedade rural no Alentejo e a urgência de emprego de capitais na agricultura mediante a criação de instrumentos de crédito dinamizados por instituições bancárias; a renovação de métodos e técnicas tradicionais de cultivo; a apreciação do orçamento e das orientações do governo em matéria de contribuições e impostos; a questão da confiança e do crédito público; o apelo à contenção e economia nas despesas públicas supérfluas, são algumas das temáticas de abordagem recorrente nas suas bem inspiradas crónicas jornalísticas.

Fazendo jus aos ensinamentos que recebera durante a frequência do curso jurídico da Universidade de Coimbra,¹⁰ este antigo aluno de Adrião Forjaz de Sampaio revela uma boa capacidade de sistematização de informação económica e uma clara arrumação dos argumentos que desenvolve.

Para além das temáticas atrás descritas, sobressai ainda a discussão sobre questões de política comercial, relativamente às quais expressa um ponto de vista marcadamente proteccionista. Critica o espírito do *laissez-faire* difundido pela escola clássica inglesa e por J. -B. Say, considerando que, "no estado presente da indústria e das relações internacionais, é bom que o governo exerça pelas alfândegas uma influência directa e reguladora sobre o produto e sobre os consumos gerais" (Queiroz 1867: 270-71). Reconhecendo que o agravamento dos direitos faria inevitavelmente aumentar o preço dos bens transaccionados, considera que esse era um inconveniente menor que poderia ser revogado quando as diversas nações se encontrassem em situações idênticas de desenvolvimento económico.

Trata-se, por conseguinte, do velho argumento sustentado pelos adeptos do sistema nacional de economia política, desenvolvido com especial relevo pelos economistas alemães de meados do século XIX sob a égide de Friedrich List, que teve entre nós um desenvolvimento muito particular e autónomo, graças à influência de autores como Francisco Solano Constâncio, António de Oliveira Marreca e, um pouco mais tarde, de Oliveira Martins. É esse argumento que Eça bem ilustra na seguinte passagem: "Se todos os povos tivessem o mesmo carácter, se somente estivessem submetidos ao mesmo governo e às mesmas leis, sem dúvida se devia renunciar às alfândegas e ao sistema protector; mas enquanto existirem entre eles desigualdades de aptidão industrial, enquanto a diversidade das leis e dos governos e o sentimento da nacionalidade se opuserem aos transportes de capitais e de indústria que as teorias dos economistas supõem, poder-se-ão sempre justificar certas restrições das tarifas, pela necessidade de conservar a riqueza nacional dos povos menos industriais (...). Assim, as falsas teorias dos antigos economistas sobre a balança do comércio conduziam a resultados práticos mais vantajosos e mais exactos que as doutrinas dos economistas modernos" (*ibid.*: 273-6).

A actividade publicista de Eça de Queiroz, enquanto tribuno qualificado para emitir opiniões sobre episódios da vida nacional e internacional, foi uma constante ao longo da sua vida. Todavia, as matérias económicas não voltariam a ter o relevo que têm em *O Distrito de Évora*, primeira das suas múltiplas aventuras pelo mundo dos jornais, contando então apenas 22 anos. Talvez se possa sugerir que, no seu espírito, foi com a idade amadurecendo uma atitude de percepção dos assuntos económicos que levava em crescente atenção a sua mais ampla significação social e política. Para isso muito contribuiu a convivência com os círculos de amizades literárias e políticas que animaram as tertúlias da sua famosíssima geração.

Por conseguinte, assiste-se nos seus escritos a uma gradual primazia dada à preocupação com as consequências do progresso e crescimento económico para os diversos actores sociais em presença. O leitor assíduo de Proudhon abandona preocupações didácticas e reformistas sobre o modo de apreender e melhorar a vida económica para se situar na perspectiva do observador atento que não se conforma com a precissão de desgrças de que o mundo moderno é feito. Entretanto

conhecera melhor esse mundo, trocara projectos literários por funções diplomáticas, viajara e aprendera a condição de ser europeu.

A seus olhos, a Europa surge "como uma sala de hospital, onde arquejam e se agitam nos seus catres, estreitos ou largos, os grandes enfermos da civilização" (Queiroz 1888: 143). Passando em revista a situação de crise social, económica, política e moral em diferentes países, Eça conclui em brado pessimista que: "De sorte que, olhando em resumo para o norte e para o sul, bem podem aqueles que se distinguem por conhecer as coisas das nações sombriamente afirmar que a máquina se desconjunta, e que a situação da Europa é medonha" (149).

Todavia, este diagnóstico é acompanhado de uma visão esperançada em dias melhores, atendendo ao ciclo natural a que a evolução social estaria sujeita, semelhante à sucessão das estações do ano e às imagens simbólicas que habitualmente lhes estão associadas. "É que a sociedade assemelha-se à natureza. E na Europa, como em qualquer espesso bosque, num fundo de vale, um momento vem em que tudo decai e fenece (...). E, a quem então o achesse, o bosque afigura-se na verdade coisa confusa, arruinada e medonha. E todavia, tudo isso é simplesmente Dezembro. É a vida; é a ordem" (150).

Sujeita às mesmas regras cíclicas da natureza, também a sociedade encontraria a sua Primavera de contentamento, antes de tombar em nova fase depressiva. Na escrita de Eça, o ciclo natural e económico-social surge então descrito da forma seguinte:

De sorte que os males presentes, as crises, as misérias, não são mais que o natural depericimento de Dezembro na floresta humana, donde surgirá uma mais viva, mais rica vegetação de liberdades e de noções. Essas mesmas, por seu turno, criarão dificuldades novas na sociedade e incertezas novas no espírito. Outra vez voltará Dezembro. Vozes sombrias afirmarão de novo, em línguas ainda não faladas, que tudo se desconjunta, que a situação é medonha! Mas quando Março por sua vez voltar, e se vir mais claro num céu mais limpo, reconhecer-se-á que, em suma, a humanidade deu outro passo decidido para a frente, no caminho da justiça e no caminho do saber. E assim, aos tombos e aos socos, ora destroçado, ora re florido, o mundo avança irresistivelmente (151-152).

No excerto transcrito, substituam-se as estações do ano pelas fases do ciclo económico e teremos um retrato literário e sugestivo dos ritmos a que o processo de crescimento e evolução está sujeito. Mas nem sempre Eça se revelou tão optimista acerca das capacidades de retoma. Dez anos antes, relatando as suas vivências do palco privilegiado da Inglaterra vitoriana, estava cheia de densidade pessimista a sua visão sobre a estagnação dos negócios, sobre as quebras na produção industrial, sobre a miséria crescente do proletariado e das camadas sociais menos protegidas. Pintava então de cores sombrias o panorama de uma sociedade enganada pelas promessas de perfeição e progresso. E chega ao ponto de acusar o progresso técnico de ser responsável pela situação de pobreza crescente que a seu lado vê crescer: "Aqui estamos sobre este globo há 12 mil anos (*sic*) a girar fastidiosamente em torno do sol, e sem adiantar um metro na famosa estrada do progresso e da

perfectibilidade: porque só algum ingénuo de província é que ainda considera *progresso* a invenção ociosa desses bonecos pueris que se chamam máquinas, engenhos, locomotivas, etc., ou essas prosas laboriosas e difusas que denominam *sistemas sociais*" (1878: 48).

A situação laboral agitada, a repetição de greves com sinais exteriores de violência cívica, todas as perturbações ao normal funcionamento do mercado de trabalho, são captadas por Eça de Queiroz com a perspicácia de qualquer mediano economista. Reportando-se a uma greve gigantesca envolvendo cerca de cem mil operários tecelões no Lancashire, a situação é analisada nos seguintes termos: "Os motivos desta greve são complicados e prendem-se com uma difícil questão de economia política. Em presença da grande depressão no comércio, dos algodões e dos tecidos, os operários entendem que é necessário produzir menos para que os grandes depósitos existentes se esvasiem, e o equilíbrio de mercado se restabeleça: os patrões entendem que é necessário produzir na mesma proporção anterior, mas que é indispensável baixar o preço da mão-de-obra. Esta desinteligência produziu uma greve, a maior que se tem dado em Inglaterra há 50 anos" (1878: 345).

Após considerações factuais diversas sobre o desenrolar dos acontecimentos tumultuosos e das ocorrências que perturbavam a tranquilidade quotidiana, Eça termina esta sua crónica londrina com um apelo à conciliação e, de forma bem inequívoca, com a demonstração das suas simpatias em relação aos interesses sociais em jogo. Com efeito, "É muito bonito realmente falar na ordem, no respeito à propriedade, no sentimento de obediência à lei, etc., mas, quando milhares de homens vêm a sua família sem lume na lareira, sem um pedaço de pão, os filhos a morrer de miséria, e ao mesmo tempo os patrões, prósperos e fartos, comprando propriedades, quadros, apostando nas corridas e dando bailes que custam centos de libras, bom Deus, é difícil ir falar aos desgraçados em regras de economia política, e convencê-los que, em virtude dos melhores autores da ciência económica, eles devem continuar por alguns meses mais, a comer vento e aquecer-se à cal das paredes!" (1878: 346). Inesperadamente, vemos o insuspeito Eça a assumir precocemente as vestes de crítico do princípio da remuneração do factor trabalho de acordo com a teoria da produtividade marginal. Nunca ele terá imaginado ser possível tamanha honraria.

O paradoxal fascínio exercido pela Inglaterra, ou tão só os acasos de viagens cujos destinos se revelaram convergentes, afectou outras destacadas figuras da "Geração de 70". Tal foi o caso de Oliveira Martins que, após a sua curta e malograda experiência governativa de 1892, viajou para Inglaterra "para espairecer" (1893, iii), e lá recolheu profundas interrogações sobre a sua caminhada pessoal e sobre as possibilidades efectivas de reforma ou revolução do sistema económico e político imperante. Desalentado e vencido, mas nem por isso convencido com os sucessos da moderna civilização industrial, atenuou o fulgor que lhe acalentava sonhos de um mundo melhor.

Mas os propósitos de viagem pela Inglaterra vitoriana não se encerravam no cumprimento de missões diplomáticas, ou no deleite de observação contemplativa das delícias e desgraças do mundo contemporâneo. De certa forma, tais viagens consubstanciavam a experiência indispensável à construção de um conhecimento

sociológico e eram entendidas — se não à partida, certamente à chegada — como trabalho de campo que fornece os elementos essenciais à descrição e compreensão da realidade social. Os testemunhos de Jaime Batalha Reis e de Ramalho Ortigão assim o comprovam.

Batalha Reis expressa com clareza tal visão, quando explica ao leitor as intenções das suas crónicas enviadas ao *Repórter*:

Sou apenas um viajante que observa e nota as suas observações, as suas *impressões* (...). Sobretudo — porque há muito que dizer, e porque eu, sendo português, preciso estar precavido contra um dos mais estúpidos defeitos literários da minha raça, que é a eloquência — deixarei, quanto possível falar os factos (1888: 35-36).

Demonstrando idêntico desprezo pelo vício da eloquência, também Ramalho Ortigão elogia as virtudes da observação e do método experimental, os quais justificam a sua deslocação a Inglaterra e o livro de crónicas a que deu origem. E os seus argumentos revelam algum arrojo e vontade de deambular em terrenos de teorização sociológica:

Os livros de viagens, feitos de rigorosos inquéritos às civilizações estrangeiras, constituirão então preciosos repositórios de factos observados, sugestão científica de outras tantas hipóteses sociológicas, as quais, depois de verificadas e de comparadas com hipóteses sugeridas por fenómenos análogos resultantes de outras observações, permitirão deduzir teorias que, por seu turno contraprovadas experimentalmente, levarão talvez ao conhecimento e à demonstração de algumas leis mais positivas e mais fecundas do que as que hoje se extraem da eloquência tribunícia de uma e de outra casa do nosso parlamento (1887: 248).

Os assuntos que passam em revista são destaques e *highlights* da vida quotidiana inglesa. O pequeno anedotário político local, mas também as grandes questões da política internacional; os acontecimentos sociais, culturais e desportivos mais importantes frequentados pela aristocracia e classes burguesas (as corridas de cavalos, os museus, o *lawn tennis*), sem esquecer o lado contrastante da miséria e indignidade vividas pelas camadas sociais menos favorecidas; os duelos ente pessoas com honra e a honra perdida de criminosos sem escrúpulos; as tensões religiosas entre a Inglaterra protestante e a católica Irlanda, sem esquecer a supremacia comercial e naval do império britânico; o estranho e pestilento *smog* londrino que caprichosamente ofuscava o brilho de uma civilização elegante e bem educada.

De tudo isto tratam um pouco, quer Batalha Reis quer Ramalho Ortigão, com insistências e fixações particulares resultantes da sua individualidade de viajantes. Em ambos os autores se nota também alguma atenção sobre questões de natureza económica, sem no entanto possuírem o impacto e importância que tais matérias recebem nas penas de Eça de Queiroz e de Oliveira Martins, como já vimos.

Nas crónicas de Jaime Batalha Reis, o assunto da vida económica que lhe merece alguma atenção é o funcionamento da Bolsa de Londres. Capta sobretudo o

ambiente, os gestos, os cenários e rituais de um espectáculo diário que constitui objecto privilegiado para o estudo de fenómenos de psicologia de massas.

Nessa multidão, todos gritam ao mesmo tempo, com as fisionomias frias e às vezes furiosas, lançando-se uns aos outros nomes, atirando-se algarismos, interrompendo-se por momentos, tomando notas, abrindo carteiras, dobrando e desdobrando maços oblongos de papéis (1888: 194).

É não obstante o seu interesse pelos factos observáveis e visíveis, não deixa de revelar ao leitor a sua atenção e compreensão relativamente ao significado menos visível das transacções financeiras efectuadas na Bolsa: "E todo este frenesi tem por fim anunciar, *lançar*, *cotar*, inumeráveis companhias, bancos, empresas africanas, tendo por base terrenos de ouro certo, terrenos de ouro provável, terrenos de ouro meramente possível ou hipotético, desde os maravilhosos quartzos de Witwatersland ao Sul de Pretória, no Transval, até minas que ninguém sabe ao certo onde existem, nem mesmo se com certeza existem. Mas a realidade das bases de uma empresa financeira é como se sabe matéria indiferente para os que a constituem" (1888: 194).

Quanto a Ramalho, o momento do seu livro em que melhor demonstra a sua sensibilidade sobre matérias de economia política é aquele em que descreve o funcionamento do mercado da prostituição londrina, estimado numa oferta global de 120.000 prostitutas. Para contrariar a visão expressa por um jornalista do *Pall Mall Gazette*, que apenas se insurgia contra a imoralidade de um estabelecimento recatado onde 6 donzelas exerciam a sua profissão, Ramalho Ortigão aponta as ignoradas 119.994 que, em plena rua e em plenos parques, constituíam a melhor prova da hipocrisia dos poderes públicos e da falsa moralidade dos que denunciavam um caso isolado. Para reforçar os seus argumentos recomenda a leitura e cita uma longa passagem de W. Stanley Jevons — um dos protagonistas centrais do desenvolvimento da teoria da utilidade marginal decrescente — em que este autor explica a formação do preço no mercado com base na lei da oferta e da procura. Para Ramalho, tal lei "é a base fundamental do destino de toda a indústria, quer esta se exerça na esfera da moral, quer sobre as ruas de Londres (...). Ora no *Maiden market of modern Babylon* o que vemos é: *oferta* enorme; *procura* extremamente débil; baixa horrorosa no valor da moralidade que é a mercadoria" (1887: 107-108).

Ramalho apresenta-se-nos como mensageiro episódico de notícias susceptíveis de interpretação económica. Batalha Reis, por seu turno, procede a relatos impressionistas sobre a agitada vida económica bolsista. Em ambos os casos, é a cultura económica, o domínio de noções e instrumentos básicos de economia política que se interpõe como elo de mensagem que os seus leitores apreendem.

Para o autor das *Farpas*, contudo, o ensino da economia política impunha alguma vigilância cautelar. Fica tal preocupação bem demonstrada quando se insurge contra a educação programada para o futuro rei D. Carlos a quem estava destinada a leitura das obras do economista da escola liberal francesa Joseph Garnier. Interrogando-se sobre a oportunidade de se ensinar tal ciência "a um menino de re-doma, sem noção alguma dos elementos constitutivos dos valores", desfere forte

estocada nos indigitados tutores régios: "Não basta, para educar um mancebo, vir o Sr. Martens Ferrão ou o Sr. Santa Mónica duas ou três vezes por dia com a papa espiritual, abrir-lhe o bico, carregar num piston e encher-lhe o papo de doutrina haurida nos compêndios do Sr. José Garnier" (1888: 37-41).

Nesta expressão de Ramalho se antevê aquela que foi a atitude de desconstrução crítica que caracteriza uma dimensão significativa do universo da "Geração de 70", e muito especialmente de Eça de Queiroz, a quem de novo voltaremos na próxima secção.

A cultura económica e a desconstrução da economia política

As viagens e estadias europeias constituíram, já o dissemos, excelente pretexto para a descrição crítica e distanciada das novidades civilizacionais. Quando se instala em Paris, lugar privilegiado de observação, o consagrado autor dos *Maias* intensifica o seu incómodo e revolta perante o desfilar da miséria humana, lado a lado com a ostentação e luxo dos poderosos. Nas suas cartas parisienses abundam os relatos e considerações éticas sobre o mal-estar material e moral de vastíssimos grupos sociais desfavorecidos e sem esperança de dias melhores. Acentua-se então a sua visão crítica sobre os *soi-disant* efeitos positivos do progresso, da civilização, de um crescimento económico que agravava as assimetrias sociais do capitalismo triunfante. E uma vez mais recorda a falência da economia política como discurso científico: "Todos tínhamos, com efeito, esquecido o pobre, nesta grande ilusão e deslumbramento do progresso material que nos absorveu e obcecou 70 anos. Enganados pela ciência, embrulhados nas subtilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante 70 anos construímos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que aos nossos pés, e por motivo mesmo dessa nova civilização utilitária, se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre!" (1897: 275).

Indiscutivelmente, não foi como tribuno das causas dos pobres e miseráveis, nem como catalizador das revoltas proletárias que Eça de Queiroz melhor transmitiu aos seus contemporâneos o distanciamento crítico em relação ao progresso, à civilização, e respectivos cortejos de símbolos e virtudes. Apesar dos seus apegos e convicções socialistas, foi sobretudo pelo verbo irónico e mordaz, pelos dotes de incomparável perspicácia na captação de tipos sociológicos, que conquistou um auditório de leitores entusiasmados pelas caricaturas de costumes e pelos retratos da sociedade em que viveu. E o uso da ironia obrigou-o, no fundo, a escarnecer também daqueles elementos da classe política que não temiam o progresso pelas suas consequências mas pelo que representava de subversão em relação à ordem constituída de acordo com as leis que a sábia natureza tinha disposto. A este propósito,

veja-se a forma como brinca com a estafada tese de Montesquieu sobre a influência do clima nos hábitos de trabalho dos povos e raças, tese que lhe serve de pretexto para troçar de uma frase que sobre essa matéria teria sido pronunciada por Fontes Pereira de Melo: "Grande razão tinha o nosso Fontes! Não há bem maior para uma nação que um clima suave e luminoso. Riqueza, força, grandes indústrias, minas auríferas, um comércio transbordante, nada, para a felicidade de um povo, vale um lindo sol e um ar aveludado (...). Todos esses *impedimentos* (como dizem os ingleses), que tanto atravancam as sociedades setentrionais, são ou podem ser ignorados. Portugal viveu muito tempo, e foi feliz, com quatro cadeiras de palhinha em salas soalhadas de pinho branco. O homem não é escravizado pela amontoação dos confortos e pode mover-se sem ter de deslocar consigo, como o homem dos climas frios, uma montanha de coisas. Daqui provém logo a modéstia das indústrias, as menores exigências de capital, o adoçamento das questões sociais" (1897: 238-9).

O que é curioso assinalar nesta interposta crítica a hábitos climáticos acomodaticios, é a forma como através dela espreita a atitude de sobranceiro desprezo que o autor de *A cidade e as serras* dedica aos sinais dos tempos modernos. Antes de nos deliciar com o irónico inventário das inovações espantosas da mítica residência parisiense — Campos Elísios, 202 — Eça proporcionou, em esboço, no conto *Civilização*, uma delirante antevisão da sua paródia à utilidade dos inventos. Especialmente quando relata a avaria no fonógrafo que começou a repetir, sem interrupção possível, a frase exausta: "Quem não admirará os progressos deste século?", "Quem não admirará os progressos deste século?", "Quem não admirará os progressos deste século?" (Queiroz, 1892: 69-71).

A admiração do autor não terá sido especialmente positiva, a avaliar pela forma como descreve o lugar urbano abandonado por Jacinto, quatro anos depois do seu retiro para a propriedade na região duriense: "Ao descer, penetrei no gabinete de trabalho de Jacinto e tropecei num montão negro de ferragens, rodas, lâminas, campainhas, parafusos... Entreabri a porta e reconheci o telefone, o teatrofone, o fonógrafo, outros aparelhos, tombados das suas peanhas, sórdidos, desfeitos sob a poeira dos anos. Empurrei com o pé este lixo do engenho humano. (...) E ali jaziam, tão lamentáveis e grotescas, aquelas geniais invenções, que eu saí rindo, como de uma enorme facécia, daquele supercivilizado palácio. (...) E ia pensando que este nosso magnífico século XIX se assemelharia um dia àquele Jasmineiro abandonado, e que outros homens, com uma certeza mais pura do que é a vida e a felicidade, dariam como eu com o pé no lixo da supercivilização, e, como eu, ririam alegremente da grande ilusão que findara, inútil e coberta de ferrugem" (1892: 92-93).

Num outro contexto, pela interposta pena de Fradique Mendes, confessa o seu imenso desconsolo pelo modo como o progresso, trazido pelo caminho de ferro, ameaçava a santidade da Palestina: "E é penoso que a fumarada do progresso suje um ar que conserva o perfume da passagem dos anjos, e que os seus trilhos de ferro revolvam os solos onde ainda não se apagaram as pegadas divinas" (1900: 187-188).

Mas já antes, na sua obra-prima, *Eça* tinha revelado a sua visão desencantada com os mistérios da civilização e do progresso, nos traços reveladores da

personalidade de Carlos da Maia e, sobretudo, do seu confidente e íntimo amigo João da Ega. Carlos não esconde os seus mais prosaicos sentimentos quando interpela os seus amigos: "Ora digam-me se tudo o que eu pudesse fazer pela civilização valeria este prato de ananás! É para estas coisas que eu vivo! Eu não nasci para fazer civilização" (1888a, II: 234). Ega, por se turno, considerava que "a civilização custa-nos caríssima com os direitos de alfândega: e é em segunda mão, não feita para nós, fica-nos curta nas mangas" (I: 140); e quando directamente questionado: "Então V. Exa nessa idade, com a sua inteligência, não acredita no progresso?", respondeu seca e prontamente: "Eu não senhor" (II: 66).

A crítica do progresso, do crescimento, da civilização, seja pelas consequências de agravamento das desigualdades sociais, seja pela entronização de objectos de consumo de utilidade insuficientemente testada, também envolvia uma crítica velada ao sistema cognitivo que melhor poderia ajudar a compreender e a enquadrar esses avanços, ou seja, à economia política. Nalguns casos, como foi o de Antero de Quental, nas escassas referências que faz sobre a matéria, as leis da economia política eram instrumentalizadas ao serviço de um projecto de sociedade que contradizia certos pressupostos do modelo de organização capitalista. Noutros casos, como foi certamente o de Oliveira Martins, outro dos membros dessa fabulosa "tertúlia ocidental",¹¹ criticava-se o excesso de cosmopolitismo de leis supostamente universais e apostava-se na consolidação de um sistema nacional de economia política, formado a partir de princípios de cuja aplicação resultassem vantagens acrescidas para os agentes económicos nacionais. Para Eça de Queiroz, a desmontagem do raciocínio da economia política pressupunha não só o conhecimento mínimo dos domínios a que se applicava, mas sobretudo a vigilância irónica sobre a validação científica dos seus postulados.

O sarcasmo de Eça relativamente à seriedade com que se deveriam tratar os assuntos de economia política está bem patente desde *O Primo Basílio*, um dos seus primeiros grandes romances de juventude. Na caricatura delirante do célebre Conselheiro Acácio, inimitável especialista em trivialidades pomposas e circunstanciais, não podia faltar uma referência a esse sinal de erudição que os tempos exigiam: "Citava muito. Era autor. E sem família, num terceiro andar da Rua do Ferregial, amancebado com a criada, ocupava-se de economia política: tinha composto os 'Elementos Genéricos da Ciência da Riqueza e sua Distribuição, segundo os melhores autores' e como subtítulo: 'Leituras do Serão'" (1878a, 40).

Ocasionalmente, associava a economia política à aridez intelectual, como no caso em que descreve um dos amigos de Carlos da Maia e de João da Ega como sendo "um seco inglês, educado sobre o chato seio da economia política, incapaz de compreender todo o mundo de poesia que podia conter um ai" (1888a, II: 400). O espírito talhado para albergar tão pomposos conhecimentos também se reflectia na indumentária, conforme esclarece o criador de Fradique Mendes nesta delirante recomendação ao seu alfaiate: "Assim, se um cavalheiro de luvas pretas, com uma luneta de ouro entalada entre dois botões do colete, que move os passos com lentidão e reflexão, e, ao entrar, pousou na mesa um número do *Jornal do Economista*, lhe diz, num tom de mansa reprovação, ao provar o casaco: 'Está curto e justo de cinta' — V. deve logo deduzir que ele deseja aquelas abas bem fornidas, flutuantes, que

demonstram abundância de princípios, circunspecção, amor sólido da ordem e conhecimento miúdo das pautas da Alfândega" (Queiroz, 1928, 46).

A atitude quase sempre prevalecente foi a de um grande distanciamento irónico e crítico, conforme bem elucidada o excerto que a seguir se transcreve (o qual viria depois a ser adaptado em *A cidade e as serras*).

Uma tarde que eu desejava copiar um ditame de Adam Smith, percorri, buscando este economista ao longo das estantes, oito metros de economia política! Assim se achava formidavelmente abastecido o meu amigo Jacinto de todas as obras essenciais da inteligência — e mesmo da estupidez. E o único inconveniente deste monumental armazém do saber era que todo aquele que lá penetrava, inevitavelmente lá adormecia, por causa das poltronas, que, providas de finas pranchas móveis para sustentar o livro, o charuto, o lápis das notas, a taça de café, ofereciam ainda uma combinação oscilante e flácida de almofadas, onde o corpo encontrava logo, para mal do espírito, a doçura, a profundidade e a paz estirada de um leito (1892: 68).

Para Eça, em suma, os efeitos sonórficos da economia política sobrepunham-se às "subtilezas balofas" da ciência da modernidade, do progresso e da riqueza das nações. Se para Antero o progresso espiritual destronara por completo o progresso material, obrigando a economia política a perder grande parte dos seus méritos explicativos sobre o devir histórico da humanidade, Eça parecia contentar-se em relegar tão nobre ciência a um papel de adorno inútil entre troféus do mundo civilizado. Na obra destes grandes escritores, as palavras progresso e crescimento quase pararam no tempo; ambos queriam que o seu tempo trouxesse outras novidades.

Outras mensagens de interpretação da vida económica surgem expressas através de outros processos de narrativa, designadamente sob a forma de caricatura. O impacte e projecção da obra de Rafael Bordalo Pinheiro é disso exemplo bem genuíno. Pela caricatura, com a caricatura, Bordalo faz chegar aos seus leitores a crítica mordaz ao funcionamento do sistema económico e financeiro, como tão bem ilustram as inúmeras publicações que animou com o seu enorme talento e inconfundível ironia. Nas páginas do *António Maria*, por exemplo, o Zé Povinho e a Maria da Paciência desdobram-se em atitudes de conformismo e abnegação, mas não raras vezes também de revolta, face à regularidade registada no agravamento de impostos. A denúncia da política fiscal constituía motivo fácil para contentar a opinião pública, não sendo de estranhar o uso frequente a que recorre Rafael Bordalo Pinheiro. Mas a simpatia popular também se conquistava através de outros meios, designadamente o da crítica às ideias livre-cambistas.

Conclusão

Em Bordalo, como em Eça, o sarcasmo serve para desmontar o discurso textual da economia política, interpondo-se também como filtro crítico das acções de política

económica. Para que os destinatários pudessem avaliar o alcance dessas suaves invecivas, era fundamental possuírem um mínimo de informação organizada acerca de fenómenos económicos susceptíveis de interpretação à luz de uma cultura económica posta "ao alcance de todos".

O facto de apenas uma reduzida elite intelectual poder aceder a conhecimentos avançados de economia política não significava que a linguagem económica não pudesse ser entendida por um universo mais alargado. A ideia básica a reter é a de que, para o período e autores em análise, se ensaiaram processos de divulgação e de popularização de saberes económicos que visavam um alargamento do público interessado em questões de economia política. O ensino técnico e universitário, a actividade das associações profissionais, os debates parlamentares, as colunas dos jornais, foram veículos importantes dessa socialização e familiarização com novos saberes. Mas um papel crucial foi também desempenhado por uma plêiade notável de escritores, ensaístas e intelectuais militantes que, devido à amplitude dos seus horizontes e auditórios, ajudaram à formação de uma cultura económica ao alcance de todos, possibilitaram a transformação de uma cultura económica supostamente erudita numa linguagem acessível à cultura média de senso comum.

Nos finais do século XIX, a economia política soube e pôde conquistar a sua validação intelectual graças aos esforços dos não economistas que dela se socorriam como instrumento de compreensão da sociedade em que viveram. Porque cada vez mais se generalizava a convicção de que, para o bem ou para o mal, qualquer sociedade tinha que se acostumar à ideia de que não podia prescindir da missão educadora desempenhada pelos conhecedores de economia política.

Todavia, no caso dos autores da "Geração de 70" que aqui passámos em revista, a linguagem da economia política não era apenas posta ao serviço de intenções cívicas de educação popular. Acima de tudo, servia como pretexto de denúncia de situações e problemas nascidos com o almejado mas nem sempre benfazejo progresso civilizacional. Por conseguinte, a economia política surgia suplantada por uma narrativa de desencanto que, em registo paralelo, permitia a observação simultânea dos processos de crescimento económico e das suas consequências mais aberrantes.

Munidos de dotes e capacidades intelectuais de rara estirpe, os autores da "Geração de 70" cultivaram um estilo único de inconformismo vigoroso mas, inevitavelmente, diletante. O seu brado deixou vestígios inconfundíveis na nossa cultura, qualquer que seja o juízo que hoje se faça sobre o verdadeiro impacto dos seus escritos junto do auditório a que destinavam as suas mensagens.

Um dos autores que com eles privou momentos de juventude, vindo depois a enveredar por outras opções de pensamento, foi Anselmo de Andrade. Na sua contribuição para o livro *in memoriam* de Antero escreveu:

Compreende-se bem que não eram esses os melhores preparatórios para os triunfos da vida prática, e é desse modo que se explica ter-se inutilizado para a carreira pública uma grande parte da mocidade mais inteligente daquele tempo. A geração anterior não valia por certo mais, e a seguinte também não. Contudo elas deram para a vida prática muito maior número de homens distintos e proeminentes do que aquela que

fez realmente no país uma revolução nas ideias e no pensamento. Esse defeito acompanhou sempre nos seus destinos a maior parte dos que mais conviveram com Antero e dos que mais colaboraram com ele nessa memorável revolta dos novos contra os velhos. Os teóricos do Cenáculo, jacobinos idealistas, foram por isso mesmo fracos homens de acção (Andrade 1929: 79).

Não se tratava de um mero problema de conflito geracional. A resposta a comentários deste tipo já havia sido dada alguns anos antes por Eça que, em protesto contra o retrato infiel que Pinheiro Chagas havia feito sobre a fraqueza de espírito dos "Vencidos da Vida", escrevera: "para um homem, o ser vencido ou derrotado da vida depende, não da realidade aparente a que chegou, mas do ideal íntimo a que aspirava" (Queiroz 1889: 185).

Para esse projecto de mundo ideal convergiram os propósitos generosos de uma geração que, se outros méritos não teve, certamente proporcionou momentos inesquecíveis de palpitante leitura sobre a vida social e os problemas portugueses no findar do século XIX, leitura essa que torna mais interessante e menos monótono o ofício de historiador.

Notas

- 1 Versões parcelares e provisórias deste texto foram apresentadas no *XVII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Ponta Delgada, Novembro de 1997, no *1.º Congresso Português de Sociologia Económica*, Lisboa, Março de 1998, e na Sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa de 28 de Maio de 1998. Aos participantes nestas sessões agradeço os comentários e sugestões que, sem partilha de responsabilidade, fizeram que o texto se encaminhasse para a presente versão.
- 2 Vide, entre outros, os compêndios de ensino técnico de Luís Augusto Rebelo da Silva e os manuais de utilização recorrente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra de autoria de Adrião Forjaz de Sampaio, José Frederico Laranjo e, já na viragem do século, de José F. Marnoco e Sousa. Para uma abordagem do processo de institucionalização da economia política através dos compêndios universitários, cf. Almodovar 1995.
- 3 Vide, entre outras, as obras de Francisco Luís Gomes, Oliveira Martins e Rodrigues de Freitas.
- 4 Tal é a expressão consagrada por Saraiva 1990.
- 5 Convirá esclarecer que o percurso a seguir não reclama foros de originalidade. A utilização da literatura como pretexto para uma "sondagem histórica e cultural" tem sido um recurso amplamente mobilizado pela moderna historiografia portuguesa, como bem demonstram, entre outras, as obras de António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo e, sobretudo, de Joel Serrão. Mais recentemente, e com referência ao período histórico em que nos

situamos, cabe destacar as contribuições de Maria de Lurdes Lima dos Santos sobre os intelectuais oitocentistas (Santos 1988) e a abordagem histórico-sociológica de Augusto Santos Silva sobre o século XIX português (Silva 1997). Em nenhum dos autores citados, porém, a literatura constitui objecto de indagação acerca da difusão e assimilação dos saberes proporcionados pela economia política.

- 6 Sobre a metafísica anterior e sua importância para a compreensão das noções de história e progresso, cf. Catroga 1991.
- 7 Prova dessa influência é testemunhada por Jaime Batalha Reis num apontamento manuscrito em que refere, a propósito de Antero: "Não sei se jamais leu um economista. Conhecia a economia pelos escritos de Proudhon e pelas conversas com Oliveira Martins e comigo, de 1872 por diante professor dessa ciência no Instituto de Agronomia (...). Nunca vi entre as coisas do Antero, nem entre os seus livros, um só economista" (Biblioteca Nacional, *Espólio de Jaime Batalha Reis*, Caixa 34, n.º 100). A Jaime Batalha Reis voltaremos mais adiante.
- 8 Sobre o pensamento económico de Oliveira Martins cf. Cardoso 1997, cap. IX.
- 9 As lições a que se refere no excerto anterior nunca foram publicadas, nem se encontram localizadas no seu espólio (Biblioteca Nacional, *Espólio de Jaime Batalha Reis*), pelo que não é possível confirmar se esse projecto foi efectivamente levado à escrita.
- 10 Cf. Macedo 1985.
- 11 A obra de Oliveira Martins e a sua contribuição para a formação da cultura económica nacional não constitui, deliberadamente, objecto de indagação do presente texto. Mas é imprescindível ter presente, conforme atrás assinalámos, a influência que o próprio Oliveira Martins exerceu, em matérias de reflexão económica, sobre os seus amigos Eça e Antero. Sobre a mundividência económica de Oliveira Martins, cf. Silva 1997, caps. 3 e 4; e Cardoso 1997, cap. IX.

Referências bibliográficas

- Almodovar, António, (1995), *A Institucionalização da Economia Política Clássica em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Andrade, Anselmo, (1929), *Alguns Homens Ilustres de Portugal*, Lisboa, Livraria Ferin (Texto escrito em 1894 e inicialmente publicado em *Antero de Quental — In Memoriam*, Porto, 1896).
- Cardoso, José Luís, (1997), *Pensar a Economia em Portugal. Digressões Históricas*, Lisboa, Difel.
- Catroga, Fernando, (1991), Política, história e revolução em Antero de Quental, *Revista de História das Ideias*, Vol. 13, 7-55.
- Macedo, Jorge Borges, (1985), Eça de Queiroz universitário, *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra — "Estudos de homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Manuel Braga da Cruz"*, Coimbra.

- Martins, J. P. Oliveira, 1893, *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)*, Lisboa, Guimarães e C.^a, Editores (2.^a ed. 1951).
- Ortigão, Ramalho, (1887), *John Bull*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Ortigão, Ramalho, (1888), *As Farpas. Tomo II — As Epístolas*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense (5.^a edição, 1926).
- Pinheiro, Rafael Bordalo, 1879-1880, *O António Maria*, Lisboa (1.^o e 2.^o anos).
- Queiroz, Eça de, (1867), *Páginas de Jornalismo. "O Distrito de Évora"*, Porto, Lello & Irmão Editores.
- Queiroz, Eça de, (1878), *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queiroz, Eça de, (1878^a), *O Primo Basílio*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queiroz, Eça de, (1888), "A Europa", em *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queiroz, Eça de, (1888^a), *Os Maias*, Porto, Lello & Irmão Editores.
- Queiroz, Eça de, (1889), "Os Vencidos da Vida", em *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores.
- Queiroz, Eça de, (1892), "Civilização", em *Contos*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queiroz, Eça de, (1897), *Cartas de Paris*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queiroz, Eça de, (1900), *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queiroz, Eça de, (1928), *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores.
- Quental, Antero de, (1861), "Necessidade de uma doca na Ilha de S. Miguel", em *Prosas da Época de Coimbra*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa (1973).
- Quental, Antero de, (1871), *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro (1979).
- Quental, Antero, (1872), "Crítica ao livro Teoria do Socialismo de Oliveira Martins", em *Prosas Dispersas* (ed. Ruy Belo), Lisboa, Editorial Presença (1966).
- Quental, Antero de, (1881), "O povo", em *Prosas Dispersas* (ed. Ruy Belo), Lisboa, Editorial Presença (1966).
- Quental, Antero de, (1890), "Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX", em *Obras Completas — Filosofia* (ed. Joel Serrão), Lisboa, Editorial Comunicação e Universidade dos Açores (1991).
- Reis, Jaime Batalha, (1871), *A Agricultura no Distrito de Viseu*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Reis, Jaime Batalha, (1888-1896), *Revista Inglesa. Crónicas* (ed. Maria José Marinho), Lisboa, Publicações Dom Quixote / Biblioteca Nacional, 1988.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, (1988), *Intelectuais Portugueses da Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença.
- Saraiva, António José, (1982), *As Ideias de Eça de Queiroz*, Lisboa, Livraria Bertrand (1.^a edição: 1943).
- Saraiva, António José, (1990), *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva.
- Silva, Augusto Santos, (1997), *Palavras para um País. Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*, Oeiras: Celta.
- Staak, Maria (org.), (1982), *Correspondência entre Antero de Quental e Jaime Batalha Reis*, Lisboa, Assírio & Alvim.